

LEI Nº 51 DE 30 DE NOVEMBRO DE 1948

Assegura licença especial aos funcionários públicos municipais.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ decreta e eu sanciono a Lei seguinte:

Art. 1º - Pica assegurado ao funcionário público municipal, em cada período de dez anos de efetivo exercício prestado à Municipalidade, o direito a seis meses de licença especial com o vencimento integral do cargo efetivo e sem prejuízo de tempo de serviço, que será contado para todos os efeitos.

§ Único - Na contagem de tempo, para os efeitos do artigo anterior, não serão deduzidos os afastamentos dos funcionários do exercício de suas funções, em virtude de:

- a)-férias anuais;
- b)-raig ou mojo até oito dias;
- c)-licença para tratamento de saúde, até seis meses;
- d)-requisição feita por autoridade federal ou estadual;
- e)-faltas e afastamentos justificados.

Art. 2º - A licença especial poderá ser gozada em parcelas não inferior a dois meses, por ano civil.

Art. 3º - A diretoria do Pessoal e Material organizará a respectiva escala, atendendo, tanto quanto possível, à ordem de entrada dos requerimentos no Protocolo.

§ Único - A escala poderá ser alterada pela mesma Diretoria em atenção ao interesse do serviço público.

Art. 4º - O requerimento de Licença especial será instruído com a certidão do tempo de serviço do funcionário, que será concedida gratuitamente.



Lei nº 51-de 30 de Novembro de 1948-Fls.2.

lizar a licença especial, terá direito à contagem pelo dobro para todos os outros efeitos.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maceió, em 30 de novembro de 1948.

João Teixeira de Vasconcelos
João Teixeira de Vasconcelos

Clodio Rodrigues de Araujo
Clodio Rodrigues de Araujo

Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Maceió, aos trinta (30) dias do mês de novembro de mil novecentos e quarenta e oito (1948).

Paulo Valente Juçá
Paulo Valente Juçá
Chefe do Expediente, substituto